

**CONTRATO DE SERVIÇOS Nº 15/2014**

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO DISCRIMINADO NO EDITAL Nº 256/2013 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FORTALEZA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, E A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA, VENCEDORA DO LOTE 02 DO PREGÃO ELETRÔNICO 256/2013 (PROCESSO Nº 1710085526317/2013).

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, inscrita no CNPJ nº 07.965.262/0001-30, representada por seu titular o Sr. Philippe Theophilo Nottingham, CPF nº 107.881.743-04, residente e domiciliado nesta capital.

CONTRATADA: CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.468.050/0001-47, situada na Rua Teodorico Barroso nº 230 - Vila União, CEP: 60.420-135, Fortaleza/CE, representada pela Sra. Marinalva Lima Pereira, CPF nº 367.200.383-20, brasileira, divorciada, residente e domiciliado nesta capital.

Aos 03 (três) dias do mês de Abril de 2014, as partes acima mencionadas e qualificadas pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no processo administrativo nº 1710085526317/2013, PE nº 256/2014, conforme estabelecido no instrumento convocatório e seus anexos, proposta de preços da CONTRATADA, e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 256/2013 e seus anexos, os preceitos do direito público e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 11.379 de 26 de março de 2003 e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 256/2013 e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa pessoa jurídica para a prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos limites da lei, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste anexo 1 - termo de referência do edital do Pregão Eletrônico nº 256/2013, o qual passa a fazer parte do presente contrato, e na proposta da empresa contratada.

Av. Desembargador Moreira, 2075 - Dionísio Torres - CEP 60.170-002
Fortaleza - Ceará - Brasil



Assessoria Jurídica
SEPOG

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTOPI
TABELA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.573.093/0001-07
Rua Major Facundo, 476 - Centro - CEP: 60.235-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3454.5900
E-mail: moraiscorreia@moraismoreira.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
conferir com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELD-3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Jucel A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Secretário
Op: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELD DE AUTENTICAÇÃO.




CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser executados na sede e anexos da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, na Avenida Desembargador Moreira, nº 2875 – Bairro Dionísio Torres, e em seus anexos.

4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 718.639,08 (SETECENTOS E DEZOITO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E OITO CENTAVOS), conforme planilha de composição de custos a seguir, de acordo com o relatório do Pregão Eletrônico nº 256/2013, instrução normativa SEPOG nº 02, de 01 de agosto de 2013:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

CATEGORIAS	QTD	20%		30%		70,00%		11,00		2,00		1%		14,25%		MONT B.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		S.B.	AD. INC.	AD. PER.	ENC. SOC.	MONT. A	V.A	PLANO DE SAÚDE	C.B.	V.T.	EPI	FARDA	TI AD-V	TRIB.				
Técnicos Atendimento	1	1.816,44	-	-	1.161,11	2.705,66	290,47	24,30	38,00	-	-	-	27,06	445,93	787,75	3.581,30	3.581,30	
Análise de D&M I	5	4.001,30	-	-	2.602,81	6.602,21	250,47	24,30	38,00	-	-	-	68,02	1.023,39	1.454,47	8.306,68	41.533,40	
Análise de D&M II	1	4.826,00	-	-	3.378,82	8.206,22	250,47	24,30	38,00	-	-	-	82,05	1.225,52	1.800,43	9.825,65	9.825,65	
TOTAL	7																	
																VALOR MENSAL	R\$ 54.443,35	
																PROVISIONAMENTO 10%	R\$ 5.444,34	
																TOTAL MENSAL C/ PROV	R\$ 60.886,69	
																VALOR ANUAL C/ PROV	R\$ 718.639,08	

5.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será realizada o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. (REPACTUAÇÃO DO CONTRATO ANUALMENTE).

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

5.3.1. As categorias profissionais que não constam em convenções coletivas na nomenclatura e faixas salariais especificadas no presente contrato, serão consideradas, para fins de reajuste salarial e/ou demais direitos trabalhistas, vinculadas ao Sindicato de Asseio e Conservação do Estado do Ceará em diversos seguimentos, observadas as datas base de vigências e confirmação da autenticidade através do número de registro no MTE.

5.3.2. Em razão dos reajustes salariais ocorridos anualmente, para as categorias que estejam fora das faixas salariais especificadas neste contrato, não importando a nomenclatura usada para a função que desempenhe, será aplicado os percentuais estipulados nas Convenções Coletivas de Asseio e Conservação, atualizada em conformidade com a vigência e data-base atual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, devidamente atestados pela área competente, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura de serviço de

Av. Desembargador Moreira, 2875 - Dionísio Torres - CEP 60.170-002
Fortaleza - Ceará - Brasil



Assessoria Jurídica
SEPOG

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELA: ANGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.313.600/0001-87
Rua Major Facundo, 878 - Centro - CEP: 61.825-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3454.3360
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas do
referido é verdade Dou fe. Fortaleza, 01 de outubro de 2021
Embrulmentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

Cartório
Moraís
Correia

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Pás Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Medeiros Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op. ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO





comprovante de pagamento dos empregados da contratada que prestam os serviços e de recibo correspondente, através de depósito bancário em conta a ser fornecida pela própria CONTRATADA, exclusivamente no Banco do Brasil S/A.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.1.2. As faturas deverão ser entregues à SEPOG, sob protocolo, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços faturados para fins de conferência e atesto da execução do serviço, acompanhadas de cópia de comprovantes de quitação das seguintes obrigações patronais referentes ao mês da prestação dos serviços faturados:

a) Repasse dos vales alimentação e transporte até o 1º dia útil do mês aos funcionários que prestam serviço à CONTRATANTE. O não cumprimento desta determinação, além da suspensão do pagamento da fatura, acarretará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal;

b) Deverá estar anexado ao processo da solicitação de pagamento cópia da(s) rescisão(ões) efetuada(s) no mês dos serviços faturados, assinado(s) pelo(s) empregado(s) e pelo sindicato da categoria;

6.1.3. Serão descontados, mensalmente da fatura os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas;

6.1.4. Será retido o valor mensal correspondente à última parcela do contrato para assegurar aos empregados da empresa o pagamento das rescisões contratuais e demais obrigações sociais e trabalhistas dos mesmos.

6.1.5. O PAGAMENTO da última parcela será efetuada após a comprovação da quitação das obrigações da empresa com seus empregados que prestavam serviços à SEPOG.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 256/2013.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.4.1. Documentação relativa à regularidade perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

6.4.2. Os documentos comprobatórios de regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS deverão estar acompanhados da GFIP e da Relação de Empregados.

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.6. Em hipótese nenhuma a Contratada pagará à Contratante valores inerentes ao aviso prévio trabalhado dos empregados, no momento do cumprimento do aviso, uma vez que tal valor já compõe a tabela de custos dos serviços.

6.7. O percentual ofertado em função da taxa de administração será irrevogável.

6.8. Quando dos reajustes salariais das categorias através de convenção coletiva de trabalho, objetivando o equilíbrio financeiro do contrato, será feita a repactuação.

6.9. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aquelas decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

6.10. A atualização financeira dos valores a serem pagos, em virtude de inadimplemento pela contratante, será efetuada através do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), *pro rata*, desde a data final do período do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, desde que comprove que o contratante é o único responsável pelo atraso.

Av. Desembargador Moreira, 2075 • Dionísio Torres • CEP 60.170-002
Fortaleza, Ceará - Brasil



Assessor Jurídica
SEPOG

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTOPJ
TABELA: ANGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.673.030/0001-87
Rua Major Facundo, 678 - Centro - CEP: 60.033-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
conferir com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fe. Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José José A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escrivães
Op: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.

Confira os dados do ato em:
estadosp.br/ce/portal



**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos:

Projeto/atividade 04.122.0001.2576.0001, Elemento de Despesa 33.90.37, Fonte de Recurso 6100, do orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

8.2. O prazo de execução do objeto deste contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

8.3. Os prazos de vigência e de execução deste contrato poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

10.2. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade, o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas, previdenciárias e específicas sobre acidentes do trabalho e legislação correlata aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Utilizar profissionais qualificados para o desempenho das respectivas atividades, pertencentes a quadro próprio e disponibilizar um preposto ou supervisor que a represente junto à Contratante para acompanhar os serviços prestados, bem como adotar soluções corretivas para os problemas operacionais que eventualmente surgirem.

10.8. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da solicitação.

10.9. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo do Título II, Capítulo V da CLT, e na Portaria nº 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.300/0001-87
Rua Major Pasundo, 576 - Centro - CEP: 61.225-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.0980
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
conferir com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou fé, Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Juaci A. de Menezes Filho - () - Adriano Silva de Brito - Secretarias
Ox: ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.





como pelo cumprimento da Legislação correlata em vigor, inclusive das Instruções Normativas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

10.10. Apresentar mensalmente, junto à contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a contratante ou com o Município de Fortaleza, sendo também de responsabilidade da contratada o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere à contratante.

10.10.1. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a contratada vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela contratante.

10.11. Manter, durante toda a execução contratual, um escritório instalado na cidade de Fortaleza, com toda a infra-estrutura adequada para atender as necessidades da contratada e dos empregados prestadores de serviços no intercâmbio financeiro e de recursos humanos.

10.12. Repassar os vales alimentação até o 1º (primeiro) dia útil do mês aos empregados que prestam serviços a Contratante. O não cumprimento desta determinação, além da suspensão do pagamento da fatura, acarretará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal.

10.12.1. Caso seja disponibilizado algum profissional com residência em Município integrante da Região Metropolitana de Fortaleza, deverá a contratada fornecer vales transporte ou pass card necessário ao seu deslocamento, devendo a contratada fazer constar os valores correspondentes aos custos com o fornecimento dos vales transporte ou pass card em nova planilha de composição de custos, tudo devidamente motivado e comprovado e ainda aceito pela Administração.

10.13. Apresentar a contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da contratante, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

10.14. A contratada deverá ainda:

- a) providenciar Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF) para todos os empregados;
- b) providenciar senha para que o trabalhador tenha acesso ao Extrato de Informações Previdenciárias;
- c) dar garantia de execução do contrato, conforme cláusula nona da minuta do contrato constante do Anexo V, parte integrante deste edital;
- d) manter número de empregados compatível com os serviços a serem prestados;
- e) fixar o domicílio bancário dos empregados em Fortaleza ou na região metropolitana;
- f) autorizar o repasse direto aos trabalhadores da remuneração mensal não paga pela contratada, quando houver retenção de faturas por inadimplência ou não apresentação de certidões de regularidade que autorizam o pagamento direto, conforme item 8 deste Anexo I, Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

10.15. Arcar com a responsabilidade na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados em razão de imprudência, imperícia ou negligência, bem como danos causados a terceiros, no desempenho dos serviços contratados;

10.16. Utilizar, exclusivamente, empregados seus, assumindo total responsabilidade pelos encargos administrativos, tais como controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, promoções, férias, punições, admissões, demissões, transferências, como também por todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive a responsabilidade decorrente de acidentes, indenizações, etc., vedada a quarteirização dos serviços;



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E 1º HTOPI
TABELA: ANGELA MARIA ARAUJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.973.908/0001-87
Rua Major Fausto, 576 - Centro - CEP: 61.025-102 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3484.3360
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
confere com o original exibida nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou fé. Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Ariane L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José Jucel A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op. ARIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

MORAIS
Correia





10.17. Manter preposto da empresa, a título de supervisor, não incluído nos serviços contratados, para acompanhamento da execução do contrato, de todas as obrigações previstas e para manter o contato direto com a administração da SEPOG;

10.18. Cumprir as determinações da SEPOG em relação às suas políticas de segurança;

10.19. Pagar mensalmente a quantidade de vale alimentação e vale transporte que correspondem aos dias úteis laborados do mês civil, conforme planilha e memória de cálculo estipulando a quantidade máxima a ser paga na planilha conforme valores determinados na Convenção Coletiva (vale alimentação) de Trabalho e Decreto Municipal (vale transporte).

10.20. Aceitar as solicitações da contratante no que se refere ao item 11.13 deste Termo de referência, a fim de atender o interesse da Administração quanto à qualidade dos serviços licitados, na hipótese da necessidade de intermediar cursos de qualificação profissional. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Serviço.

11.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do termo contratual, inclusive com o fornecimento de equipamentos e materiais, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Indicar um gestor para o contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato.

11.5. Planejar, executar, coordenar, fiscalizar e controlar todas as atividades, visando o perfeito e total cumprimento do objeto desta licitação.

11.6. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

11.8. Determinar o horário da realização dos serviços, podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da contratante, com observância das leis trabalhistas.

11.9. Solicitar que a contratada realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da contratada em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.10. Solicitar que a contratada realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da contratada em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei 8.666/93.

11.11. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11.12. Reembolsar à contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, vales transportes, quando couber, devidamente comprovado, para deslocamento de funcionários da Região Metropolitana.

11.13. Solicitar que a contratada realize treinamento específico a fim de atender interesse exclusivo da Administração, permanecendo a responsabilidade primária da contratada em manter a especialização e qualidade dos serviços licitados. Os custos decorrentes dessa hipótese serão ressarcidos pela Administração, observando-se o disposto no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidores e/ou servidores designados através de Portaria devidamente publicada no DOM, especialmente designado para este fim pela

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 1º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIA: ANGELA MARIA AMARAL MORAIS CORREIA - CNPJ: 08.573.988/0001-87
Rua Major Fecundo, 576 - Centro - CEP: 60.025-120 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.2998
E-mail: mcoraiscorreia@mcoraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O
referido é verdade Dou fe. Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José José A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
Op.: ARIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO.





contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inatendimento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência

13.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.
- c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais; elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Fortaleza, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2. Poderá haver desconto dos créditos existentes, no caso de aplicação de multa a licitante através da compensação financeira. Somente quando não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. No caso de descumprimento da legislação trabalhista, sobretudo de atraso no pagamento dos salários dos empregados, a contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

13.3.1. Inserção da empresa descumpridora da legislação trabalhista no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;

13.3.2. Retenção das faturas para pagamento direto aos empregados dos salários e demais direitos trabalhistas, no valor suficiente ao pagamento, no caso de não pagamento dos salários ou de irregularidades que obstem o pagamento direto à Contratada.

13.4. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, todos do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

14.2.1. Poderá ainda ser rescindido o contrato, nos moldes acima disciplinados, no caso de descumprimento, pela CONTRATADA, da legislação trabalhista, sobretudo no que diz respeito ao prazo legal para pagamento dos salários dos empregados que executam os serviços ora contratados.

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELA: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.300/0001-87
Rua Major Paschoa, 976 - Centro - CEP: 60.025-109 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3484.2860
E-mail: weraiacorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática
confere com o original exibido nestas Notas Públicas
referido é verdade Dou fé, Fortaleza, 01 de outubro de
2021 Emolumentos R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Pires Lima Barbosa
() - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
() - José José A. de Mesquita Filho - () - Adriana Silva de Brito - Escreventes
Ox: AGRAND - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

MORAIS CORREIA





CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 03 de Abril de 2014,


 Philippe Theophilo Nottingham

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO


 Marivalva Pereira

CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÃO LTDA

TESTEMUNHAS:

1. _____

RG:

CPF:

2. _____

RG:

CPF:



ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDP
 TABELIA: ANGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.572.500/0001-07
 Rua Major Facundo, 976 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3464.5503
 E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

AUTENTICAÇÃO Nº 143787 A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas Notas Públicas. O referido é verdade. Dou fé, Fortaleza, 01 de outubro de 2021 Emolumento R\$ 2,73 - SELO 3 AUTENTICAÇÃO

() - Francisco de A. M. Correia - () - Rafael Paz Lima Barbosa
 () - Arlene L. Rodrigues - () - Cesar Alexandre G. Rodrigues
 () - José Jucil A. de Mesquita Filho - () - Adriano Silva de Brito - Escreventes
 Op. ADRIANO - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

Confira os dados do selo em: selo3.moraiscorreia.com.br

1000

1000

1000

José Leite Jucá Filho – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO - PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES. VISTO: Marcelo Sampaio Siqueira – PROCURADOR CHEFE DA PRODESP – OAB/CE: 9107.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ATO Nº 1433/2012 - O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 9.077, de 13 de maio de 1993, RESOLVE, nos termos dos arts. 75 e seguintes, da Lei nº 8.794, de 27 de dezembro de 1990, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, conceder Licença Prêmio, a servidora abaixo relacionada, lotada na Procuradoria Geral do Município:

PROC. Nº	MAT./NOME	QUINQ.	PERÍODO	DIAS
2729/11	67608.1			
	Valéria Moraes	1ª	20.10.2006 à	
	Lopes e Silva		19.10.2011	90

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, em 17 de fevereiro de 2012. Vaurimik Ribeiro da Silva - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO. (REPUBRICADO POR INCORREÇÃO).

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014 - CREDENCIANTE: O Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, inscrita no CNPJ nº 07.965.262/0001-30, representada por seu titular o Sr. Philippe Theophilo Nottingham, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, portador da Cédula de Identidade nº 433558 - SPP-CE, e do CPF nº 107.881.743-04, residente e domiciliado nesta urbe. **CREDENCIADO:** MÚLTIPLA Crédito, Financiamento e Investimento S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.351.887/0001-88, situada na Rua Visconde de Mauá, nº 3066, Bairro Dionísio Torres, CEP 60.125-181, Fortaleza-CE, representada pelo Sr. Sebastião Geraldo Toledo Cunha, CPF nº 385.319.688-87. **FUNDAMENTAÇÃO:** O presente termo tem como fundamento o edital de Credenciamento nº 003/2014, a Lei Municipal nº 10.132/13 e o Decreto 13.254/2014, e, no que lhe couber, a Lei nº 8.666/93. **OBJETO:** Constitui objeto do presente termo o credenciamento de instituição financeira para concessão de empréstimos consignados para os servidores e empregados públicos ativos, inativos e pensionistas da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal. O presente Termo de Credenciamento é considerado ato discricionário do Município de Fortaleza, cuja emissão é atribuição da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG e não configura acordo, formal ou tácito, entre o Município de Fortaleza e o consignatário credenciado, sendo a SEPOG apenas intermediária e gestora do processo de consignação de desconto em folha de pagamento. **VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:** É de 2 (dois) anos o prazo de vigência do presente credenciamento. O prazo é contado a partir da assinatura do presente termo de credenciamento. Excepcionalmente, o prazo de vigência poderá ser prorrogado. **DATA DE ASSINATURA:** 31 de março de 2014. **Luiz Ramon Teixeira Carvalho - COORDENADOR JURÍDICO - OAB/CE 24.152 - ASSESSORIA JURÍDICA/SEPOG.**

EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇOS Nº 15/2014 - CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, inscrita no CNPJ nº 07.965.262/0001-30, representada por seu titular o Sr. Philippe

Theophilo Nottingham, CPF nº 107.881.743-04, residente e domiciliado nesta capital. **CONTRATADA:** CERTA Serviços Empresariais e Representações Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.468.050/0001-47, situada na Rua Teodorico Barroso nº 230 - Vila União, CEP: 60.420-135, Fortaleza/CE, representada pela Sra. Marinalva Lima Pereira, CPF nº 387.200.383-20, brasileira, divorciada, residente e domiciliado nesta capital. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO:** 1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 256/2013 e seus anexos, os preceitos do direito público e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2008; Decreto Municipal nº 11.379 de 26 de março de 2003 e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento do seu objeto. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA:** 2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 256/2013 e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:** 3.1. Contratação de empresa pessoa jurídica para a prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos limites da lei, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste anexo I - termo de referência do edital do Pregão Eletrônico nº 256/2013, o qual passa a fazer parte do presente contrato, e na proposta da empresa contratada. **CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO:** 4.1. Os serviços deverão ser executados na sede e anexos da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, na Avenida Desembargador Moreira, nº 2875 - Bairro Dionísio Torres, e em seus anexos. 4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global. **CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO:** 5.1. O valor contratual global importa na quantia de R\$ 718.639,08 (setecentos e doze mil, seiscentos e trinta e nove reais e oito centavos), conforme planilha de composição de custos a seguir, de acordo com o relatório do Pregão Eletrônico nº 256/2013, Instrução normativa SEPOG nº 02, de 01 de agosto de 2013. 5.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será realizada o reajuste econômico-financeiro de contrato. (repactuação do contrato anualmente). 5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria. 5.3.1. As categorias profissionais que não constam em convenções coletivas na nomenclatura e faixas salariais especificadas no presente contrato, serão consideradas, para fins de reajuste salarial e/ou demais direitos trabalhistas, vinculadas ao Sindicato de Assais e Conservação do Estado do Ceará em diversos seguimentos, observadas as datas base de vigência e confirmação da autenticidade através do número do registro no MTE. 5.3.2. Em razão dos reajustes salariais, ocorridos anualmente, para as categorias que estejam fora das faixas salariais especificadas neste contrato, não importando a nomenclatura usada para a função que desempenhar, será aplicado os percentuais estipulados nas Convenções Coletivas de Assais e Conservação, atualizada em conformidade com a vigência e data-base atual. **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** 7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos: Projeto/atividade 04.122.0001.2576.0001, Elemento de Despesa 33.90.37, Fonte de Recurso 0100, do orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG. **CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO:** 8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993. 8.2. O prazo de execução do objeto deste contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço. 8.3. Os prazos de vigência

fundamento as disposições contidas na Lei 8.666/93, em seu art. 57, inciso II, aliadas as orientações contidas no instrumento convocatório de que cuida o Pregão Eletrônico 02/2010. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO:** O valor contratual global permanecerá de R\$ 4.168.787,84 (quatro milhões, cento e sessenta e oito mil, setecentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos), cujo pagamento será efetivado de acordo com as disposições contidas na Cláusula Quarta do Contrato original, ficando resguardado o direito da Contratada à repactuação decorrente de convenções coletivas de trabalho, observado a legislação aplicável à matéria. **CLÁUSULA QUARTA - DA COBERTURA ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão a conta da Dotação Orçamentária abaixo discriminada: Projeto/Atividade 04.121.0066.2178.0002, Elemento de Despesa 33.90.37, Fonte de Recursos 0.100 do orçamento do Gabinete do Prefeito, Projeto/Atividade 04.121.0001.2371.0001, Elemento de Despesa 33.90.37, Fonte de Recursos 0.100 do orçamento do Gabinete do Prefeito. **CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Serviço nº 241/2010, não alcançadas pelo presente termo. **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:** Fica eleita a Comarca da Capital do Estado do Ceará como foro do presente aditivo, em renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas em razão deste instrumento. Fortaleza, 21 de maio de 2014. ASSINAM: Philippe Theophilo Nottingham - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Francisco José Quelroz Maia Filho - GABINETE DO PREFEITO. Orlando Braga de Almeida - SOLUÇÃO SERVIÇOS COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA. Luiz Ramon Teixeira Carvalho - COORDENADOR JURÍDICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 47/2012 - CONTRATANTE: O Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Secretaria Regional VI, inscrita no CNPJ nº 01.797.492/0001-50, representada por seu Secretário Executivo Sr. Esio Feltosa Lima, CPF nº 256.591.113-00, residente e domiciliado nesta capital. **INTERVENIÊNCIA:** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, inscrita no CNPJ nº 07.965.282/0001-30, representada por seu Titular o Sr. Philippe Theophilo Nottingham, CPF nº 107.881.743-04, residente e domiciliado nesta capital. **CONTRATADA:** FORTAL Empreendimentos Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.807.885/0001-23, com sede na cidade de Fortaleza, na Rua Pinho Pessoa, 1001 - Joaquim Távora, representada pela sua Sôcia Diane Cruz Rolim Esmeraldo, brasileira, Empresária, inscrita no CPF nº 641.257.003-97 e RG nº 9702482889 SSP-CE, residente e domiciliada nesta capital. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo do Contrato nº 47/2012, referente à contratação de empresa pessoa jurídica para execução dos serviços de terceirização de mão de obra nas categorias profissionais descritas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 14/2012, por mais 12 (doze) meses, a contar da data de seu vencimento, 30 de maio de 2014, por razões de interesse público, conforme Processo Administrativo nº P173101/2014. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O presente aditivo tem como fundamento as disposições contidas na Lei 8.666/93, em seu art. 57, inciso II, aliadas as orientações contidas no instrumento convocatório de que cuida o Pregão Eletrônico 14/2012-SEPOG. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO:** O valor contratual global permanecerá de R\$ 553.112,40 (quinhentos e cinquenta e três mil, cento e doze reais e quarenta centavos), cujo pagamento será efetivado de acordo com as disposições contidas na Cláusula Quarta do contrato original, ficando resguardado o direito da Contratada à repactuação decorrente de convenções coletivas de trabalho, observado a legislação aplicável à matéria. **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá a conta da Dota-

ção Orçamentária abaixo discriminada: Projeto/Atividade 45.101.08.244.0114.2100.0006, Elemento de Despesa 33.90.37, Fonte de Recurso 0.100 do orçamento da Secretaria Regional VI. Projeto/Atividade 45.101.04.122.0001.2569.0001, Elemento de Despesa 33.90.37, Fonte de Recurso 0.100 do orçamento da Secretaria Regional VI. **CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato de Serviço nº 47/2012, não alcançadas pelo presente termo. **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:** Fica eleita a Comarca da capital do Estado do Ceará como foro do presente aditivo, em renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas em razão deste instrumento. Fortaleza, 21 de maio de 2014. ASSINAM: Philippe Theophilo Nottingham - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Esio Feltosa Lima - SECRETÁRIO EXECUTIVO DA REGIONAL VI. Diane Cruz Rolim Esmeraldo - FORTAL EMPREENDIMENTOS LTDA. Luiz Ramon Teixeira Carvalho - COORDENADOR JURÍDICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 51/2012 - CONTRATANTE: O Município de Fortaleza, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, inscrita no CNPJ nº 04.886.197/0001-44, representada por sua Titular a Sra. Maria do Perpétuo Socorro Martins Breckenfeld, CPF nº 090.905.503-30, residente e domiciliada nesta capital. **INTERVENIÊNCIA:** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, representada por seu titular o Sr. Philippe Theophilo Nottingham, CPF nº 107.881.743-04, residente e domiciliado nesta capital. **CONTRATADA:** CERTA Serviços Empresariais e Representações Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.468.050/0001-47, situada à Rua Teodorico Barroso, nº 230, Vila União, representada por sua Gerente Comercial Sra. Marina Lima Pereira, brasileira, divorciada, inscrita no CPF/MF sob o nº 367.200.383-20 e RG nº 2002010248637 SSP/CE, residente e domiciliada nesta capital. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** Constitui objeto do presente termo aditivo a repactuação do contrato oriundo do PE 25/2012, referente à prestação dos serviços de mão de obra terceirizada nas categorias profissionais descritas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 25/2012, destinados à Secretaria Municipal de Saúde - SMS. O presente aditivo é procedido visando a repactuação do Contrato supra indicado, conforme solicitação através do Processo nº 2703103221115/2013, em virtude da modificação dos fatores que ensejaram no reajustamento do seu valor inicial, elencados: Tendo em vista as Convenções Coletivas de Motorista (CE001131/2012) e de Técnico de Segurança do Trabalho (CE001364/2012), a partir de 1º de Agosto de 2012 e as Convenções Coletivas de Asseto e Conservação (CE000344/2013) e de Processamento de Dados (CE000328/2013), vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013. Tendo em vista o reajuste na tarifa de transporte público coletivo, consoante Decreto Municipal nº 13.049, publicado em 24 de dezembro de 2012 e sentença judicial da 1ª Vara da Fazenda Pública, Processo nº 0048957-08.2012.8.06.0001, a qual determina o valor da tarifa para transporte público em R\$ 2,20 a partir de 21 fevereiro de 2013; Tendo em vista as Instruções Normativas nº 01, de 25 de abril de 2013, e nº 02, de 01 de agosto de 2013, as quais instituem o percentual de 68,79% e 73,63%, para encargos sociais, a partir de 03 de maio de 2013 e 02 de agosto de 2013, respectivamente. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O presente aditivo tem como fundamento as disposições contidas na Lei 8.666/93, em seu art. 65, inciso II, alínea d, Processo nº 2703103221115/2013 e Despacho nº 096/2013 - PAD, Decreto Municipal nº 13.049, publicado em 24 de dezembro de 2012, Instruções Normativas nº 01, de 25 de abril de 2013, e nº 02, de 01 de agosto de 2013, aliadas as orientações contidas no instrumento convocatório de que cuida o Pregão Eletrônico 25/2012. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Em razão da repactuação, reajuste do valor transporte, e alteração dos en-

